

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Para oferecer parecer ao projeto, em substituição à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, concedo a palavra ao nobre Deputado Cláudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PFL-BA. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de proferir o parecer, dou conhecimento à Casa de que a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização receberá amanhã, às 10 horas, o Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sr. Guido Mantega, para esclarecimentos sobre o Orçamento Geral da União de 2004 e o Plano Plurianual de Investimentos para o período de 2004 a 2007. Há questões de máxima importância a serem esclarecidas.

Acabamos de ouvir Deputados da base de sustentação do Governo Lula parabenizarem esta Casa pela votação da proposta de reforma tributária em primeiro turno. Ressalto que ela causará impactos dramáticos no Orçamento Federal, porque Estados e Municípios vão participar da arrecadação da CIDE, e o Orçamento Geral e o Plano Plurianual não lhes pressupõem disponibilidade orçamentária. Ao prever o Fundo de Desenvolvimento Regional e o Fundo de Compensação dos Estados Exportadores, o direcionamento de recursos para Unidades da Federação neles contemplados, criamos um grave problema no Orçamento.

E mais: o Orçamento prevê 1 trilhão de reais da Seguridade Social e do orçamento fiscal. A título de conhecimento, informo que serão investidos 7 bilhões de reais do Orçamento, do referido trilhão de reais. V.Exas. percebem que temos de debater a fundo o assunto.

Amanhã, às 10h, teremos a oportunidade de esclarecer alguns pontos que, penso, não terão explicação plausível. Este PPA é um orçamento, já que anuncia investimentos, ao longo dos 4 anos, de forma absolutamente detalhada - há até a construção de uma guarita no Poder Judiciário.

O SR. INÁCIO ARRUDA - Concede-me V.Exa. um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Deputado Inácio Arruda, V.Exa. poderá se manifestar posteriormente. O Deputado Cláudio Cajado está proferindo parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.568, de 2003, que institui a Política Nacional do Livro, em substituição à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

O SR. CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, sobre a constitucionalidade e juridicidade do projeto ora em debate, é pela sua aprovação.